



RESUMOS DAS MONOGRAFIAS/TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO
32º CURSO DE LICENCIATURA EM ENFERMAGEM

Título do Estudo: Ansiedade perante a morte e cuidados aos doentes em fim de vida: Perceção dos estudantes de enfermagem

Investigadores Principais/Orientadores: Professor Doutor João Carvalho Duarte

Investigadores Colaboradores (alunos): Ana Sofia Guerra dos Santos, André Filipe Linhares Azevedo, Daniela Filipa Lima Souto, Nuno Miguel Silva Campos

Curso: 32º B Curso de Licenciatura em Enfermagem

Ano de realização: 2019

Resumo

Enquadramento: A formação de enfermeiros deve procurar melhorar as competências específicas para um atendimento contínuo e global aos doentes em fim de vida e à sua família, a fim de alcançar a melhor qualidade de vida possível, mesmo durante os seus últimos dias. As atitudes desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de competências devido ao seu impacto na qualidade dos cuidados e o seu estudo pode contribuir para a definição de objetivos e conteúdos dos cursos de formação e ajudar a entender a importância dos componentes emocionais na qualidade do processo de cuidados.

Objetivos: Determinar a ansiedade dos estudantes do Curso de Licenciatura em Enfermagem face à morte e a sua relação com a prestação de cuidados ao doente em fim de vida; Testar a validade e consistência das escalas “Escala de Ansiedade perante a Morte – Versão Alargada (Adaptado)” e “Escala de Atitudes face aos cuidados ao doente em fim de vida de Frommelt (Forma B)” com vista a melhorar atitudes e conhecimentos em cuidados ao doente em fim de vida.

Metodologia: A amostra envolveu 103 participantes de algumas Escolas de Enfermagem da Região Norte e Centro, do 2º (22%), 3º (29%) e 4º anos (49%) do Curso de Enfermagem, com idades entre os 18 e 44 anos e uma média de 22,93 anos ($\pm Dp = 4,782$ anos), maioritariamente do género feminino (81%), residentes em zona rural (50,5%) e solteiros (95,1%). A “Escala de Ansiedade perante a Morte – Versão Alargada (Adaptado)” é composta por 51 questões e a “Escala de Atitudes face aos cuidados ao doente em fim de vida de Frommelt (Forma B)” é composta por 30 questões, ambas com respostas na forma de Escala Likert del (“Discordo Totalmente”) a 5 (“Concordo Totalmente”). Foram testadas as propriedades psicométricas da Escala, designadamente os estudos de fiabilidade (correlação de Pearson, coeficiente alfa de Cronbach) e de os estudos de validade (análise fatorial exploratória: método dos componentes principais e rotação ortogonal do tipo varimax).

Resultados: Ambas as escalas apresentaram índices sugestivos de boa consistência interna e um bom coeficiente estratificado. Verifica-se que o sexo, a idade, o facto de praticar uma religião e o ano de licenciatura estão relacionados com níveis de ansiedade diferentes, influenciando também a prestação dos cuidados ao doente em fim de vida.

Conclusão: As estudantes do sexo feminino demonstram maior ansiedade e atitudes mais adequadas de cuidados ao doente em fim de vida; os indivíduos mais novos, os estudantes do 2.º ano e os que não praticam qualquer religião apresentam atitudes mais adequadas; os indivíduos que praticam uma religião apresentam maiores níveis de ansiedade; os indivíduos com menores níveis de ansiedade apresentam percentagens mais elevadas de atitudes de cuidados adequados; as escalas “Escala de Ansiedade perante a Morte – Versão Alargada (Adaptado)” e “Escala de



Atitudes face aos cuidados ao doente em fim de vida de Frommelt (Forma B)” constituem ferramentas válidas e úteis cuja aplicação pode contribuir para melhorar atitudes e conhecimentos em cuidados ao doente em fim de vida.

Palavras-chave: assistência terminal; educação em enfermagem; cuidados de enfermagem; ansiedade; atitude frente a morte.

Título do Estudo: Contínuo de Saúde Mental nos Agricultores em Portugal

Investigadores Principais/Orientadores: Professora Doutora Cláudia Chaves e Professor Doutor João Duarte

Investigadores Colaboradores (alunos): Ana Filipa Rodrigues Pereira, Eunice José Carvalho Nogueira de Seixas, Maria Elisabete da Silva Gomes, Maria Teresa Sá de Andrade Moura Pega

Curso: 32º Curso de Licenciatura em Enfermagem

Ano de realização: 2019

Resumo

Enquadramento: Os agricultores são um dos grupos ocupacionais com significativo risco de vulnerabilidade em termos de saúde mental, apresentando prevalência de morbilidade psiquiátrica, em resultado dos efeitos dos fatores globais, nacionais, regionais, comunitários e locais.

Objetivos: Identificar que variáveis sociodemográficas dos agricultores que interferem na sua saúde mental; averiguar de que modo as variáveis de contexto laboral dos agricultores que interferem na sua saúde mental; analisar de que modo as práticas culturais agrícolas se relacionam com a saúde mental dos agricultores.

Metodologia: Estudo quantitativo, com corte transversal, descritivo analítico-correlacional. Os dados foram colhidos junto de 155 agricultores da região Norte e Centro de Portugal Continental, maioritariamente do género masculino (52,9%), com uma média de idades de 53,41 anos ($\pm 14,04$ anos). O instrumento de recolha de dados contém um questionário de caracterização sociodemográfica, laboral, de saúde, questões relativas às práticas culturais agrícolas e a Escala Contínuo de Saúde Mental – CCHS-MH 2012 (Adaptação de Chaves, Sequeira, Duarte & Dionísio, 2017).

Resultados: As variáveis sociodemográficas com relevância estatística são o género e a constituição do agregado familiar. As mulheres e os agricultores com agregado familiar de 3 elementos revelam melhor saúde mental. As variáveis de contexto laboral que interferem na saúde mental são possuir formação agrícola, ter sido sempre agricultor, não ter/tive outra profissão para além de agricultor, número de pessoas a consumirem produtos da exploração, trabalhar ou não por conta própria com e/ou sem empregados. Os agricultores sem formação agrícola manifestam melhor saúde mental; os que sempre foram agricultores; aqueles que não têm/tiveram outra profissão, para além de agricultor; os que trabalham por conta própria e não têm empregados e os que possuem ≤ 3 consumidores dos produtos da sua exploração. As variáveis contextuais às práticas culturais agrícolas com relevância estatística foram a opinião sobre os pesticidas e as análises de resíduos de pesticidas. Os agricultores que consideram os pesticidas indispensáveis e mesmo tóxicos, os que não fazem análises de resíduos de pesticidas e os que tratam o lixo como lixo comum apresentam mais saúde mental global.

Conclusões: Os participantes da contínuo da saúde mental apresentam índices mais elevados de bem-estar social e menos no bem-estar emocional, sugerindo-se uma política de literacia em saúde mental que abranja todo um conjunto de leis, programas, financiamentos, que estejam ao alcance de todos os agricultores.

Palavras-chave: Agricultores; Saúde mental.

Título do Estudo: Onicomicose das unhas dos pés

Investigadores Principais/Orientadores: Professora Doutora Madalena Cunha e Professor Doutor João Duarte

Investigadores Colaboradores (alunos): Carolina Inês Leitão de Matos, Carolina Rodrigues Santos Capela, Mafalda Sofia Rodrigues Mendes, Rúben José Figueiredo Dias, Vânia Fernandes Monteiro

Curso: 32º Curso de Licenciatura em Enfermagem

Ano de realização: 2019

Resumo

Enquadramento: A onicomicose é uma patologia infecciosa de origem fúngica, provocada por dermatófitos, leveduras ou fungos filamentosos não dermatófitos, que compromete a integridade da placa ungueal. Existem diversos fatores que influenciam a onicomicose como a idade, microtraumatismos, predisposição genética e alterações sistémicas (vasculares e neuropáticas). Neste contexto, a diabetes mellitus emerge como uma patologia que afeta o desenvolvimento de onicomicoses.

Objetivos: Determinar o perfil sociodemográfico das pessoas com onicomicose das unhas dos pés; avaliar a tipologia de fungos existentes nas unhas dos pés; determinar o fungo predominante na onicomicose das unhas dos pés; identificar o fungo prevalente nas pessoas com diabetes mellitus.

Metodologia: Estudo quantitativo e não experimental em corte transversal, com análise descritiva e correlacional, envolvendo uma amostra 359 indivíduos que frequentaram as consultas de podologia na Clínica PodoViseu, sendo maioritariamente feminina (66,9%), com uma idade média de 52,37 anos ($\pm 14,37$ anos), prevalecendo as pessoas com idade compreendida entre os 45-65 anos (46,0%). O estudo insere-se num projeto mais alargado designado Pés com Mais Vida: o Antes... e o Depois... alocada na Escola Superior de Saúde de Viseu do Instituto Politécnico de Viseu. Os dados foram recolhidos através do questionário “Caracterização sociodemográfica/clínica do cliente por episódio clínico”.

Resultados: Os principais motivos da consulta de podologia, tendo em conta o género, a idade e a profissão, foram as onicopatias (61,3%, respetivamente), com maior incidência em pessoas com idade compreendida entre os 19-44 anos (65,1%) e em pessoas com ≥ 66 anos de idade (62,4%). O tipo de fungo predominante na onicomicose das unhas dos pés foram os dermatófitos (90,4%), leveduras (91,4%) e filamentosos não dermatófitos (93,6%). Quanto à identificação do fungo prevalente nas pessoas com diabetes mellitus, 8,3% da amostra com diabetes mellitus não tem qualquer tipo de fungo como resultado do diagnóstico final, 9,6% teve como diagnóstico dermatófitos, 8,2% leveduras e 6,4% filamentosos.

Conclusão: A onicomicose apresenta-se como uma doença prevalente na sociedade atual, verificando-se um aumento tendencial da sua incidência, principalmente na população idosa e com diabetes mellitus, pelo que o “estado de saúde” das unhas dos pés deve ser cuidadosamente avaliado pelo enfermeiro e sempre que detete algum problema torna-se necessário proceder à referenciação para o podologista.

Palavras-chave: Onicomicose; Fungo Trichophyton sp.; Diabetes Mellitus; Podologia.

Título do Estudo: Saúde Mental dos Estudantes de Enfermagem em Ensino Clínico

Investigadores Principais/Orientadores: Professora Doutora Lídia Cabral

Investigadores Colaboradores (alunos): Daniela Mendes Pina Lopes, Débora Raquel Amaral Cabral, Elisabete Lourenço Ferreira, Joana Almeida Lopes

Curso: 32º A Curso de Licenciatura em Enfermagem

Ano de realização: 2019

Resumo

Enquadramento: Ao contactar pela primeira vez com o ambiente de ensino clínico, os estudantes experienciam diversos sentimentos nas suas relações, podendo assim surgir possíveis reações emocionais, que se manifestam por meio de problemáticas, prejudicando a própria saúde do estudante e influenciando a sua formação (Dias, Stutz, Resende, Batista & Sene, 2014).

Objetivos: Avaliar a forma como as variáveis sociodemográficas se relacionam com a saúde mental dos estudantes de enfermagem em ensino clínico; avaliar a forma como as variáveis académicas se relacionam com a saúde mental dos estudantes de enfermagem em ensino clínico; determinar níveis de stress dos estudantes de enfermagem em ensino clínico; determinar níveis de ansiedade dos estudantes de enfermagem em ensino clínico; determinar níveis de burnout dos estudantes de enfermagem em ensino clínico; determinar níveis de saúde mental dos estudantes de enfermagem em ensino clínico; determinar os efeitos do stress, ansiedade, burnout na saúde mental dos estudantes em ensino clínico.

Metodologia: Estudo descritivo, transversal, quantitativo, com uma amostra de 140 estudantes do 2º, 3º e 4º ano da Escola Superior de Saúde de Viseu. Foi utilizado um questionário de caracterização sociodemográfica e académica; Inventário de Saúde Mental, por Pais Ribeiro (2001); escala de Kezkek de Zupiria Gorostidi e colaboradores (2003), adaptada para a língua portuguesa por Barroso e colaboradores (2008), que avalia o nível de stress; a escala de ansiedade de Zung, por Ponciano, Serra & Relvas (1982); e o Maslach Burnout Inventory, adaptado para a língua portuguesa por Batista (2001). A recolha de dados processou-se de 7 Março a 17 de abril de 2019, via online, sendo estes dados posteriormente analisados em SPSS 24.

Resultados: As variáveis sociodemográficas e académicas que interferiram na saúde mental foram o estado civil, ser ou não trabalhador estudante, ano de curso e ensino clínico. A maioria dos estudantes (54,3%) apresenta saúde mental moderada.

Conclusão: Com a elaboração deste estudo pretendemos que a divulgação dos resultados seja uma mais-valia para a qualidade de vida dos estudantes em ensino clínico, com vista a diminuir os potenciais influenciadores negativos da sua saúde mental.

Palavras-chave: Estudantes de Enfermagem; Ensino Clínico; Saúde Mental; Ansiedade; Stress; Burnout.

Título do Estudo: Doença Mental- Crenças dos profissionais da educação, saúde e segurança

Investigadores Principais/Orientadores: Professora Doutora Carla Cruz e Coorientador Professor Doutor João Duarte

Investigadores Colaboradores (alunos): Carlos Eduardo Fernandes Almeida, Joana Filipa Pinto Macedo, Mara Soares Gomes, Mariana Ventura Tejo de Almeida

Curso: 32º B Curso de Licenciatura em Enfermagem

Ano de realização: 2019

Resumo

Enquadramento: Ainda persiste na sociedade atual a crença de que as pessoas com doença mental são imprevisíveis, violentas e perigosas, surgindo indiscriminadamente crenças das doenças do foro mental e psiquiátrico, que prejudicam a qualidade de vida das pessoas que delas padecem.

Objetivos: Identificar as variáveis sociodemográficas que interferem nas crenças, sobre doença mental, dos profissionais da educação, saúde e segurança; averiguar de que modo as variáveis socioprofissionais interferem nas crenças, sobre doença mental, dos profissionais da educação, saúde e segurança.

Métodos: Estudo quantitativo, transversal e descritivo-correlacional. Os dados foram colhidos junto de 136 agentes educativos, sendo 62,5% professores, 32,4% enfermeiros e 5,1% agentes de segurança pública, maioritariamente do género feminino (70,6%), com uma idade média de 48,34 anos ($\pm 7,49$ anos). Como instrumento de recolha de dados utilizou-se um questionário de caracterização sociodemográfica e socioprofissional e o Inventário de Crenças sobre a Doença Mental (Loureiro, Dias e Ferreira, 2009).

Resultados: Os agentes educativos (profissionais da educação, saúde e segurança) apresentam níveis mais elevados de crenças em relação ao reconhecimento da doença ($M=4,69\pm 0,64$) e em relação à doença mental como condição médica ($M=4,48\pm 0,73$), com menor índice médio na causa de estigma e discriminação ($M=2,21\pm 0,68$). As variáveis sociodemográficas que interferiram nas crenças em saúde mental são o sexo, a idade e as habilitações literárias; as variáveis socioprofissionais que influenciaram as crenças em saúde mental nos profissionais da educação, saúde e segurança, foram o grupo profissional e o tempo de serviço; as variáveis preditoras da incurabilidade, do reconhecimento da doença, da perigosidade e da crença na doença mental como condição médica são a idade, o sexo masculino, os residentes em meio urbano e o tempo de serviço ≤ 20 anos.

Conclusões: Os resultados deste estudo levam a inferir a necessidade de se desenvolverem ações de formação e/ou programas de educação para a saúde com o objetivo de dotar as comunidade de mais literacia em saúde mental, onde o enfermeiro tem um papel de destaque, como agente promotor de literacia em saúde mental, o que certamente contribuirá para a desmistificação de crenças sobre as doenças mentais e um melhor cuidar da pessoa com patologia mental.

Palavras-chave: Doença mental; Crenças; Agentes educativos.

Título do Estudo: Estado nutricional de crianças pré-escolares: análise de alguns fatores determinantes do excesso de peso

Investigadores Principais/Orientadores: Professora Doutora Graça Aparício e Professor Doutor João Carvalho Duarte

Investigadores Colaboradores (alunos): Catarina Soraia Almeida Cruz, Filipa da Silva Borges, Francisca Abreu Andrade Ferreira, Joana Sofia da Silva Freitas, Sandra Marisa da Costa Martins, Graça Aparício

Curso: 32º A Curso de Licenciatura em Enfermagem

Ano de realização: 2019

Resumo

Enquadramento: O estudo das características do estado nutricional de crianças pré-escolares assume particular importância, não só pela identificação dos potenciais distúrbios e riscos nutricionais, mas sobretudo para identificação dos principais determinantes, o que ajudará a definir as principais medidas a adotar como respostas às necessidades individuais e do grupo. A análise desta problemática na escola revela a parceria efetiva da saúde escolar, tendo a criança e a família como foco de atenção.

Objetivos: Verificar a relação entre o sexo, a idade e o peso ao nascer da criança e o seu estado nutricional; Identificar a relação entre os estilos de vida da criança, nomeadamente as horas de sono e o tempo frente ecrã e o seu estado nutricional; identificar a relação entre o IMC dos pais e o IMC da criança; analisar a relação entre a perceção parental da imagem corporal da criança e o seu estado nutricional.

Metodologia: Estudo quantitativo, transversal e descritivo, com uma amostra 136 crianças em idade pré-escolar e seus pais, a frequentarem o ensino pré-primário de um agrupamento escolar público da região centro de Portugal, com uma média de idade 65,39 meses ($\pm 10,96$ meses), sendo 52,2% meninos e 47,8% meninas, com prevalência das crianças com 5 anos (49,3%). Foi aplicado um questionário de caracterização sociodemográfica e perinatal, dos estilos de vida e o esquema de silhuetas, “Body Silhouette Chart”, de Collins, (1991), adaptado por Aparício Costa, (2012), para análise da perceção parental da imagem corporal da criança. Foi efetuada a avaliação antropométrica da criança e classificação do seu estado nutricional com base nos pontos de corte da OMS (2006, 2007) e ainda utilizados os dados auto reportados dos pais.

Resultados: Prevaecem as crianças com peso normal (78,7%) e apenas 5,9% das crianças apresentam excesso de peso. Os pais tinham uma média de idade de 38,08 anos ($\pm 5,53$) e as mães 35,75 anos ($\pm 4,89$), residiam na sua maioria na cidade. E 43,9% das mães são licenciadas. Verificou-se que o peso ao nascer tinha um mínimo de 740gr e um máximo de 4,50kg, ao que corresponde uma média de 3.26kg (± 0.53 kg). Em relação ao estilo de vida, estes indicam um mínimo de 6 horas de sono e um máximo de 15 horas de sono diárias, ao que corresponde uma média de 9.94 horas de sono diárias. No que respeita ao IMC dos pais apurou-se existir relação com o estado nutricional da criança e



não se confirmou relação entre a percepção dos pais da imagem corporal da criança e o seu estado nutricional.

Conclusão: O estudo indica alguns determinantes do excesso de peso das crianças, nomeadamente determinantes que dizem respeito ao microambiente, como padrões alimentares, as interações familiares estabelecidas durante as refeições, o tempo de ecrã, as horas de sono, percepção dos pais em relação à imagem corporal das crianças e fatores de índole social, tais como a escolaridade, raça e etnia. Estes resultados são um contributo para proporcionar diretrizes para uma intervenção adequada juntos dos pais e em contexto escolar, objetivando um estado nutricional infantil saudável.

Palavras-chave: Estado nutricional; criança pré-escolar; educação em saúde.

Título do Estudo: Satisfação dos Utentes Internados em Unidades de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação: Determinantes Sociodemográficos e Clínicos

Investigadores Principais/Orientadores: Professor Doutor Carlos Manuel Sousa Albuquerque e Coorientador Professor Doutor João Carvalho Duarte

Investigadores Colaboradores (alunos): Alexandre José Diogo Nogueira, Alison Melanie Silva, Joana Rafaela Coutinho Ferreira, Rita Alexandre Varanda da Cunha Vasconcelos

Curso: 32º A Curso de Licenciatura em Enfermagem

Ano de realização: 2019

Resumo

Introdução: A satisfação dos utentes com os cuidados de enfermagem é considerada um fator importante para explicar as suas perceções sobre a qualidade dos cuidados prestados pelos enfermeiros. Assim, deve avaliar-se continuamente e sistematicamente a relação entre a assistência de enfermagem e a satisfação dos utentes para apoiar a prestação de cuidados de qualidade. Neste contexto, este trabalho de investigação tem como principais objetivos: conhecer o grau de satisfação dos utentes internados em Unidades de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação face aos cuidados de enfermagem; e identificar os determinantes sociodemográficos e clínicos deste grau de satisfação.

Métodos: Realizou-se um estudo de natureza quantitativa, transversal e descritivo-correlacional, com recurso a uma amostra não probabilística por conveniência, composta por 55 utentes internados em Unidades de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação da zona centro do país, maioritariamente do género masculino (54,5%) e com uma média de idades de 69,49 anos (Dp= 9,83 anos). A colheita de dados, operacionalizada pelos investigadores do estudo no decurso dos meses de junho e julho de 2019, foi efetuada com recurso a um formulário composto por cinco secções: caracterização sociodemográfica, caracterização clínica, grau de satisfação dos utentes face às instalações da unidade, face aos cuidados de enfermagem gerais e face aos cuidados especializados de reabilitação.

Resultados: A maioria dos utentes classificou como “Bom” as condições do quarto, as condições das instalações sanitárias, a roupa, as condições das zonas comuns, a alimentação, o horário bom e o número de visitas. Prevalcem os utentes satisfeitos face aos cuidados gerais de enfermagem (47,3%). Quase a totalidade da amostra (92,7%) iniciou um programa de reabilitação durante o internamento, tendo sido o responsável o fisioterapeuta. Nenhuma das variáveis sociodemográficas em estudo (género, idade, estado civil, habilitações académicas, situação profissional, área de residência, agregado familiar) se revelou estatisticamente determinante da satisfação geral dos utentes perante os cuidados de enfermagem. Porém, os utentes mais satisfeitos são do género feminino, com mais habilitações literárias, residentes em meio urbano, os adultos, os que não possuem companheiro(a) e os ativos profissionalmente. Os determinantes clínicos não



evidenciaram um efeito estatisticamente significativo na satisfação geral dos utentes face aos cuidados de enfermagem. Contudo, os utentes mais satisfeitos são os que se encontram internados há mais tempo na Unidade.

Conclusão: Os resultados sugerem que, na prática, os cuidados em enfermagem se devem desenvolver para a satisfação das necessidades reais dos utentes e é nesta perspetiva que o cuidar deve ser concretizado no dia-a-dia, impedindo que este se torne mecânico, impessoal e desumano, para que se possam ter utentes com um elevado grau de satisfação face aos cuidados de enfermagem prestados. Os resultados também sugerem a necessidade de se alocar um enfermeiro especialista em enfermagem de reabilitação nas Unidades de Continuados de Média Duração e Reabilitação para que os mesmos possam proporcionar aos utentes programas de reabilitação que potenciem a sua máxima recuperação. Apesar dos resultados ao nível da satisfação global serem bons, ainda se registam percentagens elevadas de utentes insatisfeitos com os cuidados de enfermagem, o que deve levar a implementar estratégias que possam vir a melhorar estes indicadores.

Palavras-chave: Cuidados Continuados, Reabilitação; Satisfação; Utes; Cuidados; Enfermagem.

Título do Estudo: A inclusão no Instituto Politécnico de Viseu: O desafio de construir comunidade

Investigadores Principais/Orientadores: Professora Doutora Emília Coutinho e Professor Doutor João Duarte

Investigadores Colaboradores (alunos): Adriana Pinto Oliveira, Carolina Marques Reis, Inês Raquel Cabral Oliveira, Leonardo de Almeida Maltez, Stefanie Marlene Pereira Osório

Curso: 32º B Curso de Licenciatura em Enfermagem

Ano de realização: 2019

Resumo

Enquadramento: No ensino superior, a prática inclusiva requer, por parte das instituições, o desenvolvimento de políticas de apoio e de acompanhamento através de ações que possam ir mais além da disponibilidade de uma vaga.

Objetivo: compreender a comunidade académica no âmbito da inclusão.

Metodologia: Estudo qualitativo, com recurso ao método fenomenológico-interpretativo, e enfoque transversal, tendo como instrumento de recolha de dados a entrevista semiestruturada, realizada numa amostra de 10 docentes, 10 não docentes e 10 estudantes do Instituto Politécnico de Viseu. Recorremos a um estudo quantiquantitativo com triangulação de métodos e de participantes. O estudo decorreu no período de abril a julho de 2019. Os participantes no estudo foram os estudantes, não docentes e docentes das 5 unidades orgânicas do IPV. O protocolo de recolha de dados ficou composto por um questionário do qual fizeram parte, para além dos dados de caracterização sociodemográfica, três escalas relativas a “Escala de Satisfação com a instituição”, “Escala de Perceção sobre o Curso e Recursos Institucionais” e “Escala de Discriminação Cultural e Etno-racial”, e um espaço final com duas perguntas abertas; fazendo parte também do protocolo um guião de entrevista semiestruturada em que se procurou compreender os significados atribuídos por estudantes, não docentes e docentes à sua vivência no ambiente académico Os dados quantitativos foram trabalhados com ajuda do Software SPSS versão 25.0; os dados qualitativos foram analisados com ajuda do NVivo versão 12.0.

Resultados: Do estudo 1 concluiu-se que as escalas apresentam boa validade e consistência interna. Do estudo 2 emergiram 10 categorias, nomeadamente: estratégias a adotar pela instituição para promover a inclusão, práticas promotoras de inclusão adotadas na instituição, práticas promotoras de inclusão que desenvolve na sua vida, barreiras pessoais à inclusão, experiências de inclusão vivenciadas, sentimentos vivenciados em experiências de inclusão, experiências de exclusão vivenciadas, significado de inclusão, barreiras à inclusão na instituição e sentimentos vivenciados em experiências de exclusão. Das estratégias a adotar pela instituição para promover a inclusão destacam-se as atividades culturais e o acolhimento dos recém-chegados dissociados da praxe. Das práticas promotoras de inclusão adotadas na instituição as

subcategorias mais referenciadas pelos participantes foram as festas académicas, responder às necessidades específicas de cada estudante e plano de acolhimento institucional. Quanto às práticas promotoras de inclusão que desenvolve na sua vida destacaram-se abster-se de juízos de valor, disponibilidade para ajudar, respeitar o outro e incluir no meio ambiente. Em relação às barreiras pessoais à inclusão, sobressaiu a subcategoria considerar que a praxe é inclusão. Na categoria experiências de inclusão vivenciadas a subcategoria mais referenciada pelos participantes foi desenvolvimento de um ambiente acolhedor. No que se refere aos sentimentos vivenciados em experiências de inclusão, destacaram-se o bem-estar, a gratidão e o orgulho. Quanto às experiências de exclusão vivenciadas, as subcategorias mais referenciadas foram a incapacitação da sociedade, discriminação por género e discriminação pela idade. Relativamente ao significado de inclusão, os participantes referenciaram sobretudo a indiscriminação, a igualdade e equidade e a adaptação à comunidade. As barreiras à inclusão na instituição mais referenciadas foram barreiras arquitetónicas e desunião hierárquica na instituição. No que concerne aos sentimentos vivenciados em experiências de exclusão, os participantes referenciaram essencialmente sentir-se desvalorizado.

Conclusão: Os resultados alcançados reforçam a necessidade contínua de uma responsabilidade compartilhada, coletiva e colaborativa entre todos os agentes educativos (estudantes, docentes e não docentes), para que se possam esbater as mais distintas barreiras que se interpõem na inclusão académica dos estudantes do ensino superior.

Palavras-chave: Ensino superior; Inclusão; Comunidade.

Título do Estudo: Literacia em saúde mental positiva na comunidade: revisão sistemática da literatura

Investigadores Principais/Orientadores: Professor Doutor Amadeu Gonçalves

Investigadores Colaboradores (alunos): Bruno Miguel Nunes Gomes, Débora Oliveira Farias, Jéssica Sofia Garcia Cruz, Sónia Cristina Pimentel Completo

Curso: 32º B Curso de Licenciatura em Enfermagem

Ano de realização: 2019

Resumo

Introdução: A saúde mental positiva é descrita como a sensação de se sentir e funcionar bem. Deste modo, a literacia em saúde mental positiva é vital para o funcionamento harmonioso e para o bem-estar psicológico das pessoas, particularmente em relação aos fatores tidos como importantes para se viver uma vida intencional e realizar objetivos pessoais. Neste contexto, este estudo tem como principal objetivo efetuar uma revisão sistemática da literatura sobre literacia em saúde mental positiva na comunidade.

Métodos: Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, seguindo os princípios de Cochrane Handbook. Recorreu-se às bases de dados PUBMED, EBSCO, Google Académico e SciELO pesquisando-se estudos publicados nos últimos 6 anos (2013-2019), que posteriormente foram avaliados, respeitando os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. O corpus da revisão ficou constituído por 3 artigos, que reuniam critérios metodológicos de qualidade.

Resultados: A análise dos estudos evidencia que a maioria das pessoas adultas com problemas crónicos de saúde física apresentam níveis médios ou altos de literacia em saúde mental positiva. As variáveis que afetam negativamente a literacia em saúde mental positiva são a idade avançada, a polimedicação e o consumo frequente de analgésicos (Lluch-Canut et al., 2013 - estudo 1). Na população mais jovem (15-21 anos de idade), o tipo de problema de saúde não influenciou os níveis de literacia em saúde mental positiva. Não existe relevância estatisticamente significativa ao nível da variável género e literacia em saúde mental positiva (Bjørnsen et al., 2019 – estudo 2). Em adolescentes, jovens adultos e adultos (média de idade de 21 anos, 17-36 anos), estudantes de enfermagem, a pontuação média da literacia em saúde mental positiva foi 83,4, indicando um bom nível de literacia. Um total de 58,4% estudantes demonstram uma moderada literacia em saúde mental positiva e apenas 0,5% revelaram baixo nível de literacia em saúde mental positiva, sem relevância estatisticamente significativa entre os sexos ($p > 0,05$) (Sequeira et al., 2019 - estudo 3).

Conclusão: Partindo dos resultados apresentados nos artigos incluídos na revisão sistemática da literatura, poderá inferir-se que a literacia em saúde mental positiva é mais baixa na pessoa com idade avançada, polimedicada e com consumo frequente de analgésicos. Contudo, os estudos revelam níveis médios ou altos de literacia em saúde mental positiva. Apesar destes resultados, ainda são necessários mais estudos na área, com amostras mais representativas para que se possa ter um conhecimento mais efetivo acerca dos níveis de literacia em saúde mental positiva na comunidade.

Palavras-chave: Literacia em saúde mental positiva; Comunidade.

Título do Estudo: Literacia em saúde dos alunos do ensino básico e ensino secundário: alimentação, sexualidade e consumos nocivos

Investigadores Principais/Orientadores: Professora Doutora Manuela Maria Conceição Ferreira e Professor Doutor João Carvalho Duarte

Investigadores Colaboradores (alunos): Cláudia Sofia Barros Magalhães, Elisa Mões Cardoso, Marta Raquel Nogueira Ferreira, Marta Sofia Inácio Cardoso, Sarah de Almeida Serpa

Curso: 32º B Curso de Licenciatura em Enfermagem

Ano de realização: 2019

Resumo

Enquadramento: Literacia em saúde é um conceito que, embora relativamente recente, tem vindo a ganhar uma gradual relevância nos domínios da saúde pública e dos cuidados de saúde. Entendida como a capacidade de compreenderem e usarem a informação no domínio da saúde, tem ao longo da última década sido perspectivada como dimensão fundamental dos programas de promoção da saúde na escola, nomeadamente.

Objetivos: Identificar as variáveis sociodemográficas que interferem na literacia em saúde dos alunos do ensino básico e do ensino secundário nos domínios da alimentação, sexualidade e consumos nocivos; averiguar se as variáveis contextuais ao estilo de vida interferem na literacia em saúde dos alunos do ensino básico e do ensino secundário nos domínios da alimentação, sexualidade e consumos nocivos.

Metodologia: Estudo quantitativo, transversal, descritivo e analítico, envolvendo uma amostra de 308 adolescentes, onde prevalecem as raparigas, cuja idade média é de 15,42 anos ($\pm 1,48$ anos), sobressaindo os adolescentes com 15 anos. Estão em maior representatividade de que frequentam a Escola Secundária de Celorico e o 9.º ano de escolaridade. O instrumento utilizado foi o Questionário Your PEL constituído por quatro secções: Alimentação, Tabaco, Álcool e Sexualidade e por questões de caracterização sociodemográfica.

Resultados: A grande maioria dos adolescentes já bebeu alguma vez bebidas alcoólicas (72,9%); maior percentagem de adolescentes que nunca fumaram (cigarros ou cigarros eletrónicos), nem que seja só uma passa (58,4%), enquanto 41,6% apresentam esse consumo nocivo; 82,5% ainda não iniciaram a sua vida sexual. Prevalcem os adolescentes que fazem entre 4-5 refeições diárias, o que corresponde a uma média de 4.46 ± 1.06 refeições diárias; 87,5% consomem fast food (pizzas, hamburgers, cachorros); 72,0% comem sopa 3 ou mais vezes por semana, 60,7% comem 1 a 2 porções de fruta por dia, 77,7% comem legumes 1 a 2 vezes por dia e 93,3% comem 3 ou mais vezes por semana no refeitório da escola. O género, a idade, a escola e o ano de escolaridade, o consumo de bebidas alcoólicas, consumo tabágico e iniciação da vida sexual interferiram significativa e estatisticamente na literacia em saúde dos alunos do ensino básico e do ensino secundário nos domínios da alimentação, sexualidade e consumos nocivos.

Conclusão: É fundamental promover e empoderar os adolescentes para a literacia em saúde, ajudando-os a atingir a plenitude do seu potencial de saúde ao nível da alimentação, consumos nocivos e sexualidade com programas de intervenção efetivos neste âmbito. A promoção da saúde nas escolas e os resultados que daí advém implicam a conceção de novas intervenções junto do público jovem, no sentido de os capacitar para tomarem decisões fundamentadas no seu dia-a-dia e alcançarem o seu pleno potencial de saúde. Face aos resultados



UnICISE

do estudo é muito importante que as intervenções considerem as diferenças de género, a idade e ano de escolaridade neste planeamento.

Palavras-chave: Adolescentes; Literacia em saúde; Alimentação; Sexualidade; Consumos nocivos.

Título do Estudo: Importância atribuída pela puérpera à visita domiciliária no puerpério

Investigadores Principais/Orientadores: Professora Doutora Paula Nelas e Professor Doutor João Duarte

Investigadores Colaboradores (alunos): Ana Flávia Toipa Silva Ferreira, Diana Isabel Rocha Oliveira, Joana Rita Lopes Ferreira, Tiago Rafael Fernandes Soares

Curso: 32º A Curso de Licenciatura em Enfermagem

Ano de realização: 2019

Resumo

Enquadramento: Na visita domiciliária pós parto, a mulher necessita de ser cuidada na sua totalidade, considerando-se o seu contexto sociocultural e familiar. Os enfermeiros devem estar atentos e disponíveis para compreender e responder às reais necessidades de cada puérpera, traduzindo-se na qualificação do cuidado prestado e numa maior valorização da visita domiciliária por parte das puérperas.

Objetivos: Determinar as variáveis sociodemográficas, de caracterização obstétrica e as de caracterização de apoio nos cuidados ao bebé que interferem na importância que a puérpera atribuiu à visita domiciliária no puerpério feita pelos enfermeiros; averiguar se existe relação entre os sintomas depressivos no pós-parto e a importância que a puérpera atribuiu à visita domiciliária no puerpério.

Metodologia: Estudo quantitativo, transversal, descritivo e analítico, com uma amostra de 128 puérperas que se encontravam nas primeiras duas semanas após do puerpério, recrutadas segundo uma amostragem não probabilística por bola de neve, com uma média de idade de 30,95 anos ($\pm 5,07$ anos). Recorreu-se à aplicação de um questionário ad hoc constituído por um grupo de questões de caracterização sociodemográfica, caracterização obstétrica, caracterização de apoio nos cuidados ao bebé e visita domiciliária. Incluiu-se a Escala de Avaliação da Visita Domiciliária no Pós Parto (EAVDPP) de Almeida, Nelas e Duarte (2011), a Escala de Apgar Familiar (SMILKSTEIN, 1978) – Versão Portuguesa de Agostinho & Rebelo (1988) e a Escala de Edimburgo para Depressão Pós Parto (Augusto, Kumar, Calheiros, Matos & Figueiredo, 1996).

Resultados: As puérperas atribuem muita importância à visita domiciliária ($M=2,67\pm 0,43$), valorizaram o ensino ($M=2,53\pm 0,44$) e a empatia ($M=2,53\pm 0,43$), com uma avaliação mais baixa para a informação que lhes é transmitida ($M=2,52\pm 0,47$). A funcionalidade familiar foi a variável sociodemográfica com interferência estatística, sendo as puérperas que fazem uma melhor avaliação da visita domiciliária as que têm uma família funcional. O apoio no aleitamento materno antes da alta hospitalar foi a variável de caracterização obstétrica com relevância estatística, sendo estas as puérperas que mais valorizaram a visita domiciliária. As variáveis de caracterização de apoio nos cuidados ao bebé que interferem na importância que a puérpera atribuiu à visita domiciliária no puerpério feita pelos enfermeiros foram: visita domiciliária ter um horário adequado, a duração da visita domiciliária ser adequada, a enfermeira fornecer informações importantes e demonstrar disponibilidade para esclarecer dúvidas. As variáveis preditoras de melhor avaliação da visita domiciliária foram a idade (≤ 31 anos), a funcionalidade familiar e os sintomas depressivos.



Conclusão: Os resultados são um contributo para proporcionar diretrizes para uma intervenção adequada na visita domiciliária no pós parto, objetivando a satisfação das reais necessidades da puérpera.

Palavras-chave: Visita domiciliária; Puérpera; Enfermagem.

Título do Estudo: Supervisão Clínica e Perceção dos Estudantes de Enfermagem acerca do Ensino Clínico

Investigadores Principais/Orientadores: Professor Doutor António Madureira Dias

Investigadores Colaboradores (alunos): Inês João Rodrigues Trigo, Joana Filipa Pinto Rocha, Leandro Emanuel Patrício Pinto, Melissa Alexandra dos Santos Figueiredo, Nancy Pereira Peixoto

Curso: 32º Curso de Licenciatura em Enfermagem

Ano de realização: 2019

Resumo

Introdução: O Ensino Clínico é um determinante para a qualidade da formação dos estudantes de Enfermagem. A perceção dos alunos de Enfermagem, o processo de supervisão e o Ensino Clínico são importantes para modificar e facilitar as aprendizagens. Assim, o objetivo principal deste estudo foi analisar a perceção que os estudantes de Enfermagem têm acerca do processo de supervisão clínica e do Ensino Clínico.

Objetivos: Identificar se as variáveis sociodemográficas interferem na perceção que os estudantes de Enfermagem têm sobre o processo de supervisão clínica e do Ensino Clínico; Determinar se o responsável pela orientação do Ensino Clínico interfere na perceção que os estudantes de Enfermagem têm do processo de supervisão clínica e do Ensino Clínico.

Métodos: Estudo quantitativo, com corte transversal, descritivo analítico-correlacional. Os dados foram colhidos junto de 159 estudantes e recém-licenciados de Enfermagem da Escola Superior de Saúde de Viseu. O instrumento de recolha de dados é constituído pelos seguintes elementos: Questionário de caracterização sociodemográfica e profissional, Questionário de Avaliação de Orientação Clínica, Questionário de Orientação Clínica, sendo os dois últimos de Abreu e Calvário (2005) e escalas elaboradas ad hoc que avaliam o primeiro e último Ensino Clínico, as competências do orientador, a relação teórico-prática, as competências dos estudantes no Ensino Clínico, as vivências do Ensino Clínico: potencialidades e fragilidades e o desenvolvimento de competências.

Resultados: A perceção que os estudantes de Enfermagem têm do Ensino Clínico e da supervisão clínica é influenciada pelo género, sendo os estudantes do género feminino os que, na globalidade, apresentam valores de ordenação média mais elevados; o ano curricular também teve interferência estatística, sendo na globalidade, os estudantes do terceiro ano os que apresentam valores de ordenação média mais elevados (avaliação do acompanhamento $p=0,008$; primeiro Ensino Clínico $p=0,017$; vivências no primeiro Ensino Clínico $p=0,041$). O tipo de orientação interferiu estatisticamente na perceção que os estudantes têm do Ensino Clínico e supervisão clínica, nomeadamente no que se refere às características pessoais do orientador em Ensino Clínico ($p=0,025$), relação teórico-prática no primeiro Ensino Clínico ($p=0,038$), relação teórico-prática no último Ensino Clínico ($p=0,028$), competências dos estudantes no primeiro Ensino Clínico ($p=0,000$), vivências do Ensino Clínico: potencialidades e fragilidades no primeiro Ensino Clínico ($p=0,000$), desenvolvimento de competências ($p=0,000$) e perceção global do Ensino Clínico ($p=0,000$).

Conclusão: De acordo com os resultados obtidos, é importante que no Ensino Clínico se privilegie os atributos que influenciam as experiências de aprendizagem dos estudantes: espaço,



fatores psicossociais, interações, cultura organizacional e os elementos do processo de ensino e aprendizagem, tal como evidenciado no estudo de Correia, Alves e Vilaça (2011).

Palavras-chave: Estudantes, Enfermagem, Ensino Clínico, Supervisão Clínica.

Título do Estudo: Hábitos de higiene oral e conhecimentos sobre a saúde oral em adolescentes

Investigadores Principais/Orientadores: Professor Doutor José Costa

Investigadores Colaboradores (alunos): Diana Filipa Sousa Pinto Caessa, Inês Óscar Fragoso Alves, Mariana Francisco Soares Correia, Rafael da Costa Barreiros, Sibila Vanessa da Silva Almeida Gonçalves

Curso: 32º A Curso de Licenciatura em Enfermagem

Ano de realização: 2019

Resumo

Objetivos: Identificar quais os hábitos de higiene oral dos adolescentes; Averiguar os conhecimentos de saúde oral dos adolescentes; Identificar os hábitos alimentares dos adolescentes potenciadores de saúde oral.

Metodologia: Estudo quantitativo, com corte transversal, descritivo. Os dados foram colhidos junto de 49 adolescentes a frequentarem a Escola Básica Oliveira de Frades, Escola Secundária de Vila Nova de Paiva e a Escola Secundária de Vouzela, com uma idade média de 13,76 anos ($\pm 1,21$ anos), com predomínio de adolescentes com idade ≥ 14 anos (59,2%), sendo 51,0% rapazes e 49,0% raparigas. Para a recolha de dados usou-se o questionário de caracterização sociodemográfica e académica, com questões relativas aos hábitos de higiene oral, conhecimentos sobre saúde oral e hábitos alimentares.

Resultados: A maior percentagem de adolescentes escova os dentes 2 ou mais vezes por dia (42,9%) e 38,8% escova os dentes ao fim das refeições. A escova de dentes é utilizada por 93,9% adolescentes, com prevalência da escova de dureza média (67,3%); 57,1% escovam os dentes, língua e gengivas, 69,4% demoram entre 2 a 5 minutos a escovar os dentes; 67,3% têm a escova há menos de um mês; 95,9% escovam os dentes sozinhos, com 57,1% a usarem pasta fluoretada. A maior percentagem de adolescentes já foi ao dentista (87,8%), com a maioria a referir que apenas vai ao dentista só quando têm problemas (53,3%). Quase todos os adolescentes referem que já lhes falaram de higiene oral (93,9%), particularmente os professores (54,3%); 73,5% já tiveram dor de dentes; 73,5% não possui cáries. Regista-se um CPOD com um índice mínimo de 0 e um máximo de 9, ao que corresponde uma média de 2,45 ($\pm 2,22$). Para os rapazes, o índice mínimo de CPOD é de 0 e o máximo 5, com um índice médio de 1,72 ($\pm 1,79$). As raparigas apresentam valores de CPOD oscilando entre 0 e 9, com um valor médio de 3,21 ($\pm 2,41$). Predomina a percentagem de adolescentes que não usam aparelho ortodôntico. Prevalcem os adolescentes que consideram que se deve escovar os dentes sempre no fim das refeições (38,8%); 98,0% referem que se deve utilizar a escova para fazer a higiene oral, com 65,3% a relatar o uso de uma escova de dureza média, 85,7% dizem que se deve escovar os dentes, língua e gengivas, referindo a maioria que se deve demorar entre 2 a 5 minutos a escovar os dentes (75,5%) e que a escova deve ser mudada em menos de 3 meses (40,8%); 45,5% consideram que se deve ir ao dentista de 6 em 6 meses. A maioria dos adolescentes classifica a sua alimentação como saudável (55,1%), prevalecendo os que consomem alimentos que potenciam uma moderada saúde oral (42,9%).

Conclusão: Para que os adolescentes tenham literacia em saúde oral, a avaliação do seu conhecimento e comportamentos de higiene oral é essencial. Ter conhecimento significa que, o adolescente possui todos os dados necessários para entender o que é a saúde oral e as medidas de proteção que precisam de ser adotadas. Este conhecimento irá levar a uma mudança de atitude que, por sua vez, levará o adolescente a fazer mudanças na sua vida diária. Neste sentido as



UnICISE

orientações devem ser fornecidas, por exemplo, através do enfermeiro de saúde comunitária, em sessões de educação para a saúde em contexto escolar.

Palavras-chave: Adolescente; Conhecimento; Saúde oral; Higiene oral.

Título do Estudo: Gestão e controlo da dor no serviço de urgência

Investigadores Principais/Orientadores: Professor Doutor Olivério Ribeiro

Investigadores Colaboradores (alunos): Ana Raquel Rodrigues Rocha, Ângelo Emanuel de Sousa Rodrigues, Rúben Filipe Barbedo Ribeiro, Sandra Isabel Carvalho Sobreira, Susana Isabel Soares Pereira

Curso: 32º A Curso de Licenciatura em Enfermagem

Ano de realização: 2019

Resumo

Introdução: A dor está sempre presente no serviço de urgência, mas é, “frequentemente”, subestimada, sendo este o motivo da escolha do tema deste estudo.

Métodos: Realizou-se uma revisão sistemática da literatura, com seleção de artigos científicos através da plataforma informática EBSCOhost, nas bases de dados CINAHL Plus with Full Text, MEDLINE with Full Text, Nursing & Allied Health Collection: Comprehensive Edition e MedicLatina, com data de publicação 2013-2019, tendo como linha orientadora os critérios de inclusão e exclusão. O corpus da revisão ficou constituído por 4 artigos, que apresentaram qualidade metodológica.

Resultados: O estudo 1 (Vuille, Foerster, Foucault & Hugli, 2018) revela que os enfermeiros devem valorizar o autorrelato da dor por parte do doente, mas sem suspenderem a avaliação com base em escalas validadas, não se ficando pelo seu próprio julgamento. O serviço de urgência, caracterizado por um ambiente pressionado pelo tempo, influencia a avaliação e gestão da dor, o que requer mais formação por parte dos enfermeiros para que possam melhorar, ainda mais, a gestão da dor no serviço de urgência. O estudo 2 (Giusti, Reitano & Gil, 2018) concluiu que as avaliações da dor realizadas pelos enfermeiros e doentes foram muito significativas. A análise das características dos enfermeiros, tais como: a idade, experiência profissional, anos totais de trabalho efetivo e anos de serviço no serviço de urgência foram variáveis significativas que influenciaram a discrepância entre as avaliações da dor dos enfermeiros e dos doentes. O estudo 3 (Viveiros, Okuno, Campanharo, Lopes, Oliveira & Batista, 2018) indica que, embora a dor seja um dos principais motivos que levam à procura do serviço de urgência e apesar de existirem escalas para avaliar a sua intensidade, é reduzido o número de enfermeiros que utilizam essas ferramentas durante a triagem. O estudo 4 (Dale & Bjørnsen, 2015) concluiu que: em apenas 77% dos doentes se realizou a avaliação da dor na triagem; há maior probabilidade de doentes do género feminino não serem questionados sobre a dor; nos doentes com baixa saturação de oxigénio e pressão arterial sistólica elevada houve menos avaliação da dor; dos doentes que apresentaram dor moderada e intensa (58%), apenas 14% foram tratados para o alívio da dor; e a avaliação e o tratamento da dor no serviço de urgência do Hospital em estudo são inadequados e não estão de acordo com os protocolos do serviço.

Conclusão: Partindo dos resultados obtidos, poderá inferir-se que existe discrepância entre a avaliação da dor efetuada pelos enfermeiros e pelos doentes no serviço de urgência. A dor é uma constante neste serviço, por isso, deve ser realizada uma gestão adequada da mesma, para que esta não seja sub-reconhecida e sub-tratada.

Palavras-chave: Serviço de urgência; Dor; Pessoa; Intervenção de enfermagem.

Título do Estudo: Sexualidade e afetos em adolescentes do 2º ciclo de escolaridade

Investigadores Principais/Orientadores: Professora Doutora Isabel Bica e Professor Doutor João Duarte

Investigadores Colaboradores (alunos): Licínia Patrícia Sequeira Duarte, Maria Catarina Santos Silva, Mariana Correia Gonçalves, Raquel Cristina Lourenço Alves

Curso: 32º A Curso de Licenciatura em Enfermagem

Ano de realização: 2019

Resumo

Enquadramento: Educação para a sexualidade e afetos deve ser perspectivada de uma forma holística. Significa aprender acerca dos aspetos cognitivos, emocionais, sociais e físicos. Esta deve começar na infância e progredir através da adolescência e da idade adulta. Destina-se a apoiar e proteger o desenvolvimento sexual harmonioso, capacitando as crianças e adolescentes com informações, habilidades e valores positivos para entenderem a sua sexualidade, ter relacionamentos seguros e satisfatórios e assumirem a responsabilidade pela saúde e bem-estar próprios e de outras pessoas.

Objetivos: Identificar o interlocutor dos estudantes do 5º ano de escolaridade, de um agrupamento de escolas da região centro, com quem falam sobre sexualidade e afetos. Avaliar o nível de conhecimento e averiguar o impacto da formação sobre a “Sexualidade & Afetos” ao nível dos conhecimentos dos alunos do 5º ano de escolaridade de um agrupamento de escolas da região centro.

Metodologia: O presente estudo, longitudinal em painel de curta duração, surgiu como resultado do trabalho em parceria, no âmbito do Programa de Educação para a Saúde (PES). Este consta da realização de sessões de educação para a saúde, realizadas pela Escola Superior de Saúde de Viseu, sobre a temática “Educação para os Afetos e Sexualidade”, para alunos do 5º ano de escolaridade. Para avaliar a intervenção recorreu-se a um questionário de caracterização sociodemográfica e de conhecimentos para se fazer uma avaliação diagnóstica (antes da intervenção formativa) e avaliar o impacto da formação (após intervenção formativa), numa amostra não probabilística acidental por conveniência constituída por 119 adolescentes.

Resultados: Amostra maioritariamente constituída por raparigas (52,9%), com uma média de idades de 10,40 anos ($\pm 0,57$ anos); prevalecem os adolescentes com 10 anos de idade (63,0%), residentes em meio urbano (78,2%), com família nuclear (63,0%), cujos progenitores maioritariamente têm uma profissão de nível intelectual (mãe 49,6% vs. pai 47,9%). Prevalecem os adolescentes a quem já lhes falaram de sexualidade (61,3%), dos quais a maioria confirmou que os interlocutores foram os professores (74,0%) e que admitem que já lhes falaram de afetos (78,2%), cujo interlocutor, maioritariamente, foram os professores (70,5%). Houve um aumento considerável de conhecimentos dos adolescentes acerca da sexualidade e afetos após a intervenção formativa ($M=20,90 \pm 2,35$), com relevância estatística muito significativa ($p=0,000$).

Conclusão: Os resultados apurados indicam que a intervenção formativa teve impacto no conhecimento dos adolescentes.

Palavras-chave: Sexualidade; Afetos; Adolescentes; Educação para a saúde.

Título do Estudo: Intenção de Abandono no Ensino Superior: estudo comparativo entre estudantes Portugueses e Espanhóis

Investigadores Principais/Orientadores: Professora Doutora Cláudia Chaves e Professora Doutora Ana Isabel Andrade

Investigadores Colaboradores (alunos): Carolina Ribeiro Gonçalves, Leonor Seixas da Silva, Mariana Rafaela de Jesus Matos Correia, Pedro Miguel Carvalho Alves

Curso: 32º A Curso de Licenciatura em Enfermagem

Ano de realização: 2019

Resumo

Enquadramento: Embora as taxas de conclusão escolar tenham crescido nos últimos anos, o abandono escolar persiste como um problema que interfere na eficiência do sistema educacional e no caminho mais direto e satisfatório para as metas educacionais dos jovens. É neste sentido que assume toda a relevância estudar-se a intenção de abandono no ensino superior, comparando estudantes portugueses e espanhóis.

Objetivos: Verificar que variáveis sociodemográficas interferem na intenção de abandono escolar entre os estudantes portugueses e espanhóis no ensino superior; averiguar de que modo as variáveis académicas interferem na intenção de abandono escolar entre os estudantes portugueses e espanhóis no ensino superior.

Metodologia: Estudo quantitativo, transversal, descritivo e correlacional. O instrumento de recolha de dados utilizado foi questionário de caracterização sociodemográfica e académica dos estudantes, Escala de Intenção de abandono escolar (M-ES; Ambiel, 2015). A amostra é constituída 1235 estudantes, sendo 72,1% portugueses e 27,9% espanhóis a frequentarem o ensino superior.

Resultados: Os estudantes portugueses apresentam índices médios de intenção de abandono mais elevados do que os estudantes espanhóis; a interação das variáveis nacionalidade e sexo apenas revelou efeitos significativos na dimensão gestão de vida ($p=0.003$) e intenção de abandono global ($p=0.033$); as análises das probabilidades entre a nacionalidade, benefícios sociais, estatuto, deslocação da residência habitual, frequência de estudo e habilitações literárias dos pais revelam que não há efeito significativo sobre qualquer uma das dimensões da intenção de abandono escolar.

Conclusão: Os resultados apurados levam a inferir que as instituições do ensino superior devem monitorizar os indicadores inerentes ao abandono escolar, sendo esta uma estratégia para a prevenção e para proporcionar os estudantes apoio adequado.

Palavras-chave: Estudantes; Educação.

Título do Estudo: Emoções e Sentimentos Vivenciados pelos Estudantes do Ensino Superior e Relação com o Estudante Mentor Ideal

Investigadores Principais/Orientadores: Professora Doutora Madalena Cunha e Professor Doutor João Duarte

Investigadores Colaboradores (alunos): Adriana Gomes da Rocha, Ana Rita Monteiro Serrano, Beatriz Ferreira Melriça, Melissa Dias Gomes

Curso: 32º B Curso de Licenciatura em Enfermagem

Ano de realização: 2019

Resumo

Enquadramento: Os estudantes do Ensino Superior enfrentam alguns desafios aquando do momento inicial da vida académica. Vêm-se numa situação distinta de todas aquelas que enfrentaram anteriormente, o que pode suscitar alguma vulnerabilidade.

Objetivos: Compreender os sentimentos e emoções que os estudantes vivenciam quando ingressam no Ensino Superior e ao longo do percurso académico, procurando perceber a sua evolução e comparar a mesma com a pertinência da existência de um estudante mentor, percebendo se um estudante beneficiará de um outro, que o apoie e integre na instituição.

Metodologia: Estudo descritivo com carácter empírico, efetuado numa amostra não probabilística composta por 306 estudantes do Ensino Superior, com uma média de idades de 21,15 anos. A colheita de dados foi obtida pelo preenchimento de um questionário de caracterização sociodemográfica e escala de faces, que comportam 30 emoções, das quais 10 são positivas. Este estudo integra um projeto mais alargado designado SuperES, a decorrer no CI&DETS, do IPV.

Resultados: Inicialmente, os estudantes manifestam mais ansiedade (78,8%). Porém, posteriormente, demonstram mais emoções de interesse, otimismo e confiança (61,4%, 52,9% e 48%), as mesmas características que esperam do estudante mentor. São os estudantes com idades compreendidas entre os 20-21 anos que demonstram sentir mais emoções positivas num momento posterior ($\bar{x}=3,00\pm 1,66$).

Conclusão: Aferimos que as emoções predominantes nos estudantes do Ensino Superior são “interessado”, “otimista”, “confiante” e “ansioso”. Os estudantes que consideram importante ter um estudante mentor são os que apresentam maior índice de emoções positivas.

Palavras-chave: Estudante, mentor, universidade, emoções.

Título do Estudo: Competência Emocional dos Estudantes do Ensino Superior e seus Determinantes

Investigadores Principais/Orientadores: Professora Doutora Ana Isabel Andrade e Professor Doutor João Duarte

Investigadores Colaboradores (alunos): Daniela Soeiro Pereira, Joana Alexandra de Castro Faria, Leonor Erbert Silva Mango Fernandes, Mariana Luís Gomes Nogueira Lobo

Curso: 32º B Curso de Licenciatura em Enfermagem

Ano de realização: 2019

Resumo

Enquadramento: O conhecimento acerca da competência emocional nos estudantes do ensino superior é atualmente escasso. Com as transições e vulnerabilidades de ser estudante do ensino superior, a presença de competências emocionais torna-se cada vez mais importante, tanto para ultrapassar dificuldades como para alcançar objetivos.

Objetivos: Avaliar o nível de competência emocional dos estudantes do ensino superior e verificar se as variáveis sociodemográficas dos estudantes e dos progenitores, de contexto familiar, de funcionamento familiar e a saúde mental influenciam a competência emocional dos estudantes do ensino superior.

Metodologia: Estudo quantitativo, transversal, descritivo e correlacional aplicado a uma amostra constituída por 238 estudantes do ensino superior. Para a recolha de dados foi utilizado um questionário de caracterização sociodemográfica dos estudantes e dos progenitores, avaliação do contexto familiar e as escalas: o Questionário de Competências Emocionais (adaptada por Faria & Santos, 2006), o Systemic Clinical Outcome and Routine Evaluation (SCORE-15) (traduzido por Relvas et. al, 2010) e o Inventário de Saúde Mental (MHI-5) (Pais Ribeiro, 2011).

Resultados: Os estudantes do sexo masculino são os que apresentam elevada competência emocional, bem como os que têm 21 anos de idade, os que são casados/união de facto e os que têm progenitores casados/união de facto. Aqueles que atribuem elevada importância à vivência familiar e que têm melhor funcionamento familiar, apresentam mais competência emocional. Quanto mais saúde mais elevado é a competência emocional. As variáveis preditoras da competência emocional global com maior valor são os Recursos Familiares, o Bem-estar psicológico, Dificuldades Familiares, Distress, Comunicação na Família e sexo.

Conclusão: Na Enfermagem Comunitária e Familiar é essencial o desenvolvimento de competência emocional desde o início do contacto com as famílias. A formação e investigação são essenciais para adotarmos práticas mais fundamentadas, de modo a prestarmos melhores cuidados.

Palavras-chave: Competência Emocional; Estudantes do ensino superior; Família; Funcionamento Familiar; Saúde Mental.